

A Assembleia Legislativa tem que reagir, ela não pode aceitar passivamente esse decreto. Temos a prerrogativa de revogar decretos do governador, basta haver uma votação para isso. A Assembleia tem que assumir o seu papel.

Sr. Presidente, estamos apresentando o PDL nº 11, que revoga o Decreto nº 61.466, de 2015. Iremos realizar, nos próximos dias, uma grande audiência pública na Assembleia Legislativa, com as pessoas concursadas, para pressionar esta Casa e o Governo do Estado. Muitas pessoas entrarão na Justiça por conta desse decreto.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso I, “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão solene, a realizar-se em 22 de outubro de 2015, às 20 horas, com a finalidade de “prestar homenagens ao Dr. Roberto Kalil Filho”.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o motivo que me traz a esta tribuna é um estudo elaborado pela “Folha de S. Paulo”. Trata-se do ranking universitário da “Folha”. Através da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, a qual tenho a honra de presidir, temos feito diversos estudos sobre as pós-graduações e as pesquisas no estado de São Paulo.

Esse é um documento importante para o estudo dos cursos de graduação. Foram pesquisadas 192 universidades. As faculdades e os centros universitários foram excluídos do estudo, não sendo pesquisados. Apesar da crise que estamos vivendo, em que as universidades do País enfrentam um ano explosivo, com alta de custos, corte de verbas, inadimplência e greves, a USP amplia a liderança no ranking de 2015.

Das 192 instituições pesquisadas, três universidades públicas do estado de São Paulo estão entre as dez primeiras. Em primeiro lugar, está a USP, a Universidade de São Paulo. Em segundo lugar, está a Unicamp, a Universidade de Campinas. Em terceiro lugar, está a nossa Unesp, a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

É a “Folha de S. Paulo”, uma instituição privada, uma organização particular, que faz essa pesquisa - obviamente, de forma isenta, usando critérios científicos. Então, os cursos de graduação das nossas universidades públicas e privadas estão sendo pesquisados e auditados por uma instituição externa.

Foram observados cinco critérios, entre outros: a questão da pesquisa científica; a quantidade e qualidade de produção científica; a avaliação da produção científica; o impacto dos trabalhos publicados; a produtividade da instituição e dos docentes.

Não se avalia somente a pesquisa, mas também a qualidade de ensino nos cursos de graduação. Avalia-se a quantidade de docentes com mestrado e com doutorado e de professores com dedicação parcial e integral. Também se coleta a opinião de 726 professores, especialistas avaliadores do MEC, sobre as universidades e o desempenho de quem está se formando. Então, é uma avaliação também qualitativa.

Há a questão do mercado de trabalho e a empregabilidade dos formandos. Então, avalia-se quais são as características de cada universidade, com relação aos egressos dos cursos, no momento em que os concluem. Há uma pesquisa de opinião sobre instituições de ensino, com 2.222 empregadores de empresas públicas e privadas - escolas, hospitais e outras instituições. É uma avaliação externa, extramuros, que vem daqueles que vão utilizar essa mão de obra formada por nossas universidades.

O próximo item trata da internacionalização, da inserção na ciência mundial. Avalia-se o quanto as nossas universidades estão se inserindo no processo de globalização. Mede-se a quantidade de trabalhos científicos em colaboração com outros países e de artigos acadêmicos mencionados em revistas por cientistas estrangeiros. Há um valor enorme, nesse caso, pois é quando se reconhece e utiliza o estudo de um pesquisador de uma universidade nossa no exterior, que, então, passa a ser uma referência internacional. O número de citações é extremamente importante.

Finalmente, há a questão da inovação, do desenvolvimento de novas tecnologias. Considera-se o número de patentes solicitadas pelas universidades em um período de dez anos, que vai de 2004 a 2013.

A análise desses números é extremamente importante. No momento de crise que nós sabidamente vivemos, as nossas universidades públicas recebem menos recursos do que receberiam, pela própria queda do PIB e, consequentemente, da arrecadação dos impostos - em especial, do ICMS, de cujo total 9,57% vão para as nossas universidades. Mesmo neste clima, as universidades paulistas não só permaneceram, mas ascenderam. Então, elas permanecem entre as dez maiores universidades do País, sendo a USP a primeira colocada, estando em quarto lugar a Unicamp e em sexto lugar a nossa Unesp.

É importante fazer essa reflexão. Nós a faremos, também, na nossa Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, pois é neste momento que mais se precisa da universidade, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Temos discutido de forma muito transparente, mesmo em nossa Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o papel que as universidades têm nas pesquisas. Nossa participação no congresso da Abead demonstra a importância das pesquisas sobre todos os temas, como o tema da saúde e do crack. É também muito importante a formação do profissional que estamos oferecendo ao mercado.

Portanto, temos confiança em nossas universidades; no ensino superior do estado de São Paulo; no secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Márcio França, ao qual estão subordinadas nossas universidades; no governador Geraldo Alckmin, nos reitores e, especial, em nossos alunos e professores. Tenho certeza de que o país que estamos construindo será melhor. Encontraremos novamente o rumo ao grande destino que o Brasil vai trilhar, e São Paulo será o grande condutor desse destino do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Tamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, volto a esta tribuna para abordar outro assunto relacionado à Educação, que são os cortes de verbas para a manutenção das escolas estaduais. Temos recebido várias denúncias e reclamações de escolas estaduais que foram informadas de que as verbas que seriam depositadas nas cinco mil escolas estaduais no mês de setembro foram canceladas.

O governo não pagará a verba para a manutenção das escolas, que é semestral. Isso cria uma revolta generalizada, pois já tivemos cortes significativos no início do ano letivo. Queremos lembrar que houve uma greve de 92 dias, e uma das pautas da greve dizia respeito ao corte de verbas para as escolas. O governador Geraldo Alckmin cortou verbas das escolas no início do ano para a compra de materiais de higiene, materiais pedagógicos e materiais de pintura. O programa “Trato na Escola”, que era uma verba que as escolas recebiam para fazer a pintura no início do ano letivo, foi cortada.

Como se isso não bastasse, agora houve um novo corte, que é corte das verbas de manutenção. As escolas ficam praticamente abandonadas sem manutenção, é um verdadeiro absurdo. O governo fala que não há dinheiro, mas a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE constantemente é acusada de corrupção, de superfaturamento de reformas escolares e de superfaturamento de compra de material didático-pedagógico. Um exemplo disso foi o caso das mochilas compradas pela FDE, que gerou um grande escândalo e fez com que o Ministério Público pedisse o afastamento do presidente da FDE, o que de fato aconteceu.

A situação das denúncias de corrupção, de malversação do dinheiro público e de desvio de dinheiro da Educação é tão grave que no ano passado foi instaurada uma CPI nesta Casa só para investigar a FDE. A FDE é uma autarquia da Secretaria da Educação que tem a responsabilidade de administrar aproximadamente três bilhões de reais, verba destinada a atividades como manutenção, reformas, construções e compra de material didático-pedagógico para as nossas escolas.

No entanto, o governo diz agora que não há dinheiro para as escolas fazerem manutenção. Então, é uma denúncia grave essa, Sr. Presidente. Nós estamos aqui exigindo explicação do Governo do Estado, da Secretaria da Educação, da FDE, porque só estamos acompanhando os ataques que o Governo vem fazendo na Educação pública estadual, um verdadeiro desmonte da Educação. O Governo, agora, utiliza o ajuste fiscal, a desculpa da crise econômica, de uma certa diminuição da arrecadação orçamentária para penalizar ainda mais a Educação pública, a escola pública do estado de São Paulo, o Magistério e os servidores da Educação.

Além desses cortes todos de verbas para as escolas, o Governo também tem agora impedido a contratação de funcionários, de professores categoria “O”, que é muito engraçado, porque o professor categoria “O” já está sendo afastado das escolas através da duzentena. Agora, no final do ano, nós vamos ter o vencimento do contrato de milhares de professores da rede estadual que entram no período de duzentena e ficarão afastados durante 200 dias letivos. Como se não bastasse isso, o Governo agora, através desse perverso decreto publicado no dia 2 deste mês, o Decreto nº 61.466, impede a contratação de professores, de funcionários do Quadro de Apoio. Então vamos ter escolas sem manutenção, sem material de limpeza, e também sem funcionários e sem professores. Parece-me que o governador, se continuar nesse diapasão, nessa toada, vai fechar as escolas estaduais.

E finalizo, Sr. Presidente, ainda dizendo que o governador não enviou o projeto de lei do reajuste salarial para os servidores da Educação, como foi prometido recentemente durante a greve dos professores. O Governo se comprometeu publicamente, inclusive pela imprensa, a encaminhar o projeto de lei reajustando o salário dos professores da rede estadual, como também se comprometeu publicamente a encaminhar os projetos de lei alterando a Lei 1.093 e diminuindo o processo de precarização das contratações dos professores categoria “O”. Isso também não aconteceu, os projetos não foram ainda protocolados na Assembleia Legislativa. E com isso, Sr. Presidente, quem mais sofre, além dos professores, são os nossos alunos que estão ficando com escolas mais degradadas, mais sucateadas por falta de verbas para manutenção, escolas expostas à falta de segurança, porque não há funcionários, inspetores de alunos que não são mais contratados pelo Governo. É um verdadeiro abandono, uma omissão, uma leveianda o que está acontecendo, um descaço do governador Geraldo Alckmin com a Educação do estado de São Paulo. Estamos assistindo a um verdadeiro ataque, a um verdadeiro desmonte da escola pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra pelo Art. 82, pela vice-liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, rapidamente aqui, gostaria de dizer que o nosso mandato está protocolando requerimento de informação junto ao Governo do Estado, no Palácio dos Bandeirantes, para apurar aqui uma grave denúncia publicada na imprensa, na “Folha de S. Paulo” de ontem e de hoje. Refiro-me aqui à seguinte matéria: “Gestão Alckmin paga um milhão e meio a Doria Júnior, pré-candidato à Prefeitura de São Paulo.” Ele é do PSDB e o Governo transferiu para a conta da empresa, a Doria Editora, um milhão e meio. “O Governo do estado de São Paulo, comandado pelo tucano Geraldo Alckmin, pagou um milhão e meio ao empresário João Doria Júnior, um dos pré-candidatos do PSDB à prefeitura paulistana, por anúncios veiculados em sete revistas da Doria Editora, entre 2014 e abril deste ano”, ou seja, o Governo diz que não tem dinheiro para as escolas estaduais, que não tem dinheiro para reajustar o salário dos servidores, que não tem dinheiro para chamar os aprovados no concurso.

O Governo não quis que nós aprovássemos aqui o PLC nº 56, dos oficiais de Justiça, e não queria que nós aprovássemos aqui o PLC nº 6, dos assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça, alegando que não havia recurso. Contenção de despesas. Mas ao mesmo tempo, na outra ponta, o Governo transfere 1,5 milhão de reais para a Doria Editora.

Os pagamentos foram intermediados por duas agências publicitárias contratadas pelo Governo, a Mood e a Propeg. Doria é presidente do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), que organiza eventos para empresários de diversas áreas, como o Fórum de Comandatuba, na Bahia. Sua editora possui 19 títulos, que em boa parte são atrelados aos encontros que promove. Doria Jr. é pré-candidato à prefeitura de São Paulo, pelo PSDB. É muito suspeito, Sr. Presidente.

Temos que fazer uma investigação. Primeiro passo, queremos mais informações sobre esse procedimento, como se deu essa transferência do dinheiro público, dinheiro do orçamento público para a Doria Editora, para uma pessoa que organiza eventos para empresários de diversas áreas. É muito estranho. Temos que apurar.

A Assembleia Legislativa tem obrigação de investigar esse caso. Vamos talvez convocar aqui as pessoas responsáveis para depor nas comissões permanentes. Vamos em seguida, provavelmente, acionar o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas, para que haja uma profunda investigação nessa grave denúncia de transferência de dinheiro público para uma editora, de uma pessoa ligada ao PSDB, que tem a pré-candidatura já anunciada por toda a imprensa, à prefeitura de São Paulo, e que organiza eventos.

Não sei qual o interesse do Estado em anunciar nessas revistas. São 19 títulos. Fórum de Comandatuba, na Bahia, não sei qual o interesse do governo estadual em desperdiçar dinheiro com esse tipo de publicação, Sr. Presidente. Precisamos de dinheiro para a Educação, para a Saúde, e para a Segurança pública.

Essa matéria foi publicada ontem na “Folha de S. Paulo: Gestão Alckmin paga 1,5 milhão a Doria Jr. pré-candidato à prefeitura de São Paulo pelo PSDB. Muito estranho. Queremos apurar, queremos explicações. Por isso nosso mandato já está, hoje mesmo, protocolando um requerimento de informação. Queremos mais detalhes dessa denúncia, para tomar as medidas cabíveis.

O Ministério Público já deve estar investigando, eu acho. Não é possível, porque é escandaloso. Se não tem dinheiro para a manutenção das escolas, não tem dinheiro para reajustar os salários, não tem dinheiro para chamar os concursados, como tem dinheiro para investir em revistas empresariais? Muito estranho, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência tem a grata satisfação de comunicar o aniversário de Jaguariúna, no sábado, e também da cidade de Presidente Prudente, na alta Sorocabana. A essas duas cidades, em nome de todos os deputados, desejamos muitas felicidades, que comemorem seus aniversários com segurança e qualidade de vida.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, temos a honra de receber hoje aqui o deputado federal por São Paulo Luiz Lauro Filho.

A família do deputado Luiz Lauro Filho tem uma longa história de serviços prestados para todo o estado de São Paulo. Ele é filho do querido ex-deputado desta Casa por dois mandatos, deputado Luiz Lauro e sobrinho do prefeito de Campinas, Jonas Donizette, que também foi deputado desta Casa.

A visita do nobre deputado Luiz Lauro Filho é relevante. Ele é integrante e nosso representante na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e veio retribuir uma visita nossa, quando estivemos em Brasília. Sua visita se faz no sentido de estreitarmos as relações entre a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Assembleia Legislativa, a qual tenho a honra de presidir, e a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

É preciso que estreitemos nossas estratégias, tendo em vista que São Paulo possui um papel fundamental no desenvolvimento do País. A área de Ciência e Tecnologia é fundamental para esse desenvolvimento.

Eu, o deputado Luiz Lauro Filho e os demais integrantes queremos desenvolver um trabalho conjunto, visto que lá em Brasília é que se votam os grandes desafios futuros do País. Lá também estão sendo discutidas a lei de inovação, novas tecnologias e o papel das universidades federais e estaduais, bem como a importância delas no processo de desenvolvimento do País. O deputado Luiz Lauro Filho é um estudioso do tema.

Faço esse registro no plenário da Assembleia Legislativa. Temos a certeza de que vamos estar juntos e trabalhando de forma integrada para a construção de uma política de Ciência e Tecnologia entre as mais modernas do mundo. Queremos contribuir, através de São Paulo e através do Brasil, para que posamos usar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação para colocar o Brasil novamente entre os países mais desenvolvidos do mundo.

Muito obrigado, deputado Luiz Lauro Filho. Seja sempre bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência, em nome de todos os deputados, saúda o ilustre deputado Luiz Lauro Filho, que é de uma família tradicional na vida pública. É o filho seguindo as pegadas do pai. Para a minha felicidade, Luiz Lauro foi do meu partido. Foi deputado, candidato a prefeito de Campinas e um político probo do meu partido.

Desejamos boa sorte e que V. Exa., junto com seus companheiros e ao lado do deputado federal Eduardo Cunha, presidente da Câmara, ajude a resolver a angústia, a preocupação e os momentos de súplica da população no Congresso Nacional. Que se resolva rapidamente o imbróglgio que está acontecendo no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Boa sorte e felicidades.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia o Projeto de lei nº 1.189, de 2015, que tramita com urgência constitucional.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de quinta-feira, com o aditamento ora realizado.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 24 minutos.

15 DE SETEMBRO DE 2015 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, ED THOMAS, CARLOS GIANNAZI, JOOJI HATO, MARTA COSTA, CAIO FRANÇA, LUIZ FERNANDO, FERNANDO CAPEZ e CARLÃO PIGNATARI

Secretário: CORONEL CAMILO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença de alunos do Colégio Porto Seguro, acompanhados pelo professor Edinei dos Santos. Dá explicações sobre os trabalhos realizados durante o Pequeno Expediente.

2 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta-se contrário aos ajustes fiscais anunciados pela presidente Dilma Rousseff. Considera que as medidas prejudicam principalmente os trabalhadores. Destaca a necessidade de mudança na política econômica brasileira. Informa sobre a realização da Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no dia 18 de setembro, em São Paulo.

3 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, faz coro às palavras do deputado Carlos Giannazi. Adiciona que os cortes orçamentários anunciados pelo governo federal devem causar arrocho salarial e perda de direitos dos trabalhadores.

4 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Cancela, a pedido do deputado Coronel Camilo, sessão solene prevista para 30/10, às 20 horas, com a finalidade de “Realizar a Entrega da Medalha de Cidadão Policial”.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM

Pleiteia o aumento do número de linhas da EMTU entre as cidades do Alto Tietê. Apela pela liberação de verbas para as Santas Casas do Estado.

6 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, faz coro às palavras do deputado Luiz Carlos Gondim.

7 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Convoca sessão solene no dia 29/10, às 20 horas, com a finalidade de “Homenagear o Bicentenário do Nascimento de Dom Bosco”, a pedido do deputado Coronel Camilo.

8 - CORONEL CAMILO

Discorre sobre os princípios que norteiam a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Enaltece o trabalho desenvolvido pelos policiais militares. Rebate críticas feitas de forma generalizada à instituição.

9 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para reclamação, assoma às palavras do deputado Coronel Camilo. Rebate críticas feitas à Polícia Militar.

10 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Agradece a presença de alunos do Colégio Porto Seguro, acompanhados pelo professor Edinei dos Santos; do ex-prefeito de Neves Paulista, Sr. Ilso Parochi; e da professora Marcia.

11 - CARLOS GIANNAZI

Crítica medidas de ajuste fiscal anunciados pelo Governo do Estado, como a proibição de reajuste salarial e a suspensão da contratação de servidores já aprovados em concursos públicos. Cita dados do Tribunal de Contas do Estado que demonstram que os gastos com o funcionalismo público foram inferiores ao limite estabelecido no Orçamento. Considera que abordagem diferenciada em relação à dívida pública e à sonegação de impostos poderia melhorar a economia do País.

12 - ED THOMAS

Assume a Presidência.

13 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, julga que a crise econômica pela qual passa o País afeta negativamente a economia de São Paulo. Protesta contra medidas econômicas propostas pelo governo Dilma.

14 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

15 - ED THOMAS

Agradece a entrega de obras públicas em Presidente Prudente. Acrescenta que as benfeitorias geraram empregos na região. Informa que moradias do programa Minha Casa Minha Vida devem ser entregues em breve no município.

16 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

17 - JOÃO PAULO RILLO

Exibe vídeo sobre execução cometida por policiais militares em São Paulo. Faz reflexão sobre o caso. Tece críticas ao setor de Segurança Pública do Estado.

18 - MARTA COSTA

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

19 - JOOJI HATO

Pelo art. 82, reflete a respeito de índices de assassinatos ocorridos em São Paulo. Clama pela punição de responsáveis. Aduz que a marginalidade está fortemente armada. Defende que a Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, desta Casa, interceda a favor da realização de blitzes do desarmamento. Menciona “arrastão” em bar de Carapicuíba.

20 - CAIO FRANÇA

Pelo art.82, lembra aprovação de projeto de lei em benefício de cerca de 150 municípios com potencial e interesse turístico. Informa que a região do Estado com maior preservação ambiental é o Vale do Ribeira. Conclui que é estratégica e privilegiada a posição geográfica da região. Clama a seus pares e ao Governo do Estado que fomentem a valorização turística da localidade.

21 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

22 - ATILA JACOMUSSI

Comemora a descentralização da farmácia de distribuição de medicamentos de alto custo, anunciada por Davi Uip, secretário de Saúde do Estado. Aduz que a medida favorece a dignidade e a cidadania. Informa que em reunião com Alexandre de Moraes, secretário de Segurança Pública do Estado, tratou da demanda do IML de Santo André. Opina que o serviço deve ser descentralizado. Defende as atividades e a expansão do Centro de Reabilitação Lucy Montoro, em benefício de deficientes físicos. Clama pela melhoria na estrutura de escolas da rede estadual de ensino, como construção de rampas para acesso de cadeirantes, por exemplo.

23 - CAIO FRANÇA

Assume a Presidência.

24 - MARCIA LIA

Lê e comenta texto a respeito de concurso público, para preenchimento de 257 cargos de analistas de planejamento, orçamento e recursos públicos, anunciado pelo Governo do Estado. Tece considerações sobre as atribuições, principalmente a de fiscalização. Crítica o Governo por descaracterizar a exigência constante do edital e prover, de forma comissionada, os cargos. Considera que há descumprimento do art. 37 da Constituição Federal, e consequente prejuízo aos aprovados no certame público. Faz alusão a decisões judiciais que reconheceram a inconstitucionalidade de práticas similares à adotada pelo governo estadual. Clama pelo reparo dos vícios e nomeação dos aprovados.

25 - LUIZ FERNANDO

Assume a Presidência.

26 - JOÃO PAULO RILLO

Exibe e comenta vídeo a denunciar a discrepância existente entre depoimento de policial militar e o comprovado pelas câmeras de segurança, durante abordagem policial. Ressalta que a mídia não se debruçara sobre o fato. Lê e tece considerações sobre matéria publicada pelo jornal “Folha de S. Paulo”, acerca da existência de grupos de extermínio na Polícia Militar. Atribui responsabilidade ao governador Geraldo Alckmin. Saúda a presença de Luiz Marinho, prefeito de São Bernardo do Campo.